

O MUNDO ENTORNO DO ENGENHO SERGIPE

O Engenho Sergipe foi um dos mais produtivos da Bahia no século XVI, motivo pelo qual ficou conhecido como “A Rainha do Recôncavo”, ao custo de mão de obra escrava cujo trabalho com açúcar era considerado “infernai” pelos contemporâneos.

Por Isadora Maria Lima da Silva,

Bolsista PINAF do CAHL / UFRB

E-mail: isadorallima@gmail.com

Orientador: Leandro Antonio de Almeida

A história do açúcar e dos engenhos na América portuguesa é também a história do Recôncavo Baiano, do “povoamento”, da escravização de povos e desenvolvimento da região. Durante o século XVII o centro da economia açucareira era o Recôncavo. Podemos entender minimamente a importância do engenho nestas terras ao pensar que as vilas, as paróquias e as cidades do Recôncavo que conhecemos hoje, foram formadas a partir dos engenhos. É comum que as igrejas matrizes destas cidades tenham sido originalmente capelas nessas fazendas.

Para o antropólogo Antonio Risério em “*Uma história da Cidade da Bahia*”, o engenho era mais que uma *unidade econômica* produtora. Era também *uma unidade cultural* que

regulava todas as dimensões da sociedade colonial nos séculos XVI, XVII e XVIII. Para os observadores da época, um engenho de açúcar poderia parecer mais um tormento, como escreve o padre Andrés de Gouveia em 1627, “*O engenho de açúcar é um inferno e todos os seus donos são condenados*”.

Açúcar: da Ásia ao Recôncavo

Segundo o Historiador Stuart Schwartz a história da origem da produção do açúcar é incerta. Teria surgido na Ásia, levada para a Pérsia e ao Mediterrâneo pelos conquistadores árabes; em seguida para o norte da África, para a Europa, para as ilhas atlânticas e daí para a América. Mas se as origens são incertas, o desenvolvimento da sua produção é conhecido. Sabe-se que no princípio a manufatura do açúcar ocorria pela extração do suco da cana

através de uma pedra circular que rolava por canas cortadas, e em algum lugar do mediterrâneo ou nas ilhas atlânticas, durante século XVI, uma inovação técnica representou uma virada na produção açucareira: agora a prensa da cana era por meio de cilindros engrenados, movidos por tração animal, água ou força humana. A novidade representou menor tempo de preparação da cana, porque poderia ser prensada inteira, e aumentou a capacidade produtiva do empreendimento.

A história do açúcar no Brasil começa com a preocupação da coroa portuguesa em defender o território brasileiro das ameaças de ocupação dos espanhóis e franceses. Em 1531 a expedição de Martins Afonso de Souza é enviada ao Brasil para efeito de uma colonização oficial, a missão tinha preocupações militares e principalmente econômicas. Era preciso transformar o Brasil numa colônia agrícola produtiva e lucrativa. A expedição fundou vilas, explorou o território e *distribuiu sesmarias*, que significava a doação de terras pela coroa portuguesa para o plantio. Seguindo o modelo de sua experiência nas ilhas atlânticas a Coroa Portuguesa instituiu as capitânicas hereditárias que consistiu

em doações de terras por troca de taxas régias, defesa territorial e plantação da cana de açúcar. Nestes primeiros anos da colonização, os engenhos desempenharam o importante papel defensivo contra os “ataques indígenas”. Era preciso proteger o território, e transformar o Brasil numa colônia agrícola produtiva e lucrativa, já que até então o Brasil era uma feitoria, espaço de escambo e exploração do pau-brasil.

É neste contexto que se inicia o processo de povoamento na faixa litorânea, de Pernambuco a São Vicente, onde as condições geográficas e climáticas eram favoráveis ao empreendimento agrícola. O sucesso das capitânicas de Pernambuco e Bahia na Indústria açucareira se deve a combinação entre o tipo de solo massapé e o comportamento natural das chuvas na região. O massapé é um solo espesso naturalmente fértil. Outro fator importante para o sucesso da Indústria do Açúcar no Nordeste era a localização dos portos próximos às lavouras, o que facilitava o transporte do açúcar e diminuía os custos.

No início da colonização portuguesa no Brasil, a Bahia foi dividida em três capitânicas: Ilhéus,

Porto Seguro e a capitania da Bahia de Todos os Santos, que foi doada Francisco Pereira Coutinho. O fidalgo construiu dois engenhos no Recôncavo. Sua administração durou cerca de nove anos até os índios tupinambás incendiarem os engenhos e devoraram o donatário num rito antropofágico. “A ‘tragédia’ de Coutinho acelerou a reformulação política administrativa da colônia: a coroa portuguesa enviou Thomé de Souza como governador geral que deveria coordenar a colonização, fiscalizar as capitânicas, combater a resistência indígena e promover a atividade agrícola do açúcar, estimulando a criação de engenhos.

Os governos de Tomé de Souza e Mem de Sá marcam o início do desenvolvimento da atividade açucareira na Bahia. Na década de 1560 já estavam instalados e em pleno funcionamento os engenhos nas terras mais próximas de Salvador, Paripe, Pirajá, Matoim e Cotegipe. Posteriormente a expansão seguiu as terras mais ao centro do Recôncavo, na região dos rios Subaé, Sergipe e Paraguaçu.

O Recôncavo Baiano é uma extensa e fértil região que tem como entorno a Baía de Todos os Santos.

Servia de entreposto comercial para o principal porto, produzia e abastecia a capital com os itens de primeira necessidade e com os produtos de exportação. A conexão entre Salvador, então a capital da Colônia, e o Recôncavo transformou a área numa região economicamente importante, no centro da atividade açucareira e grande produtora de gêneros alimentícios durante todo período colonial.

No Recôncavo, em meados do século XVI, as terras foram divididas em sesmarias e pouco a pouco engenhos foram instalados e ao seu redor a igreja ia instituindo as paróquias, e no final do século XVII a região dessas paróquias comumente transformam-se em municípios. Gabriel Soares de Souza, em 1587 no Tratado descritivo do Brasil escreve que o Recôncavo possuía 36 engenhos onde eram produzidas cerca de 1750 toneladas de açúcar. Em 1676 havia no Recôncavo 130 engenhos e em 1710, segundo Antonil, 146 engenhos na região.

O Engenho Sergipe

Foi durante o segundo governo geral que a expansão seguiu as terras

mais ao centro do Recôncavo, na região dos rios Subaé e Sergipe. Ali Mem de Sá aniquilou as aldeias, dominou os índios e dividiu as terras em sesmarias. Tomou uma extensa faixa de terras para si e fundou um dos mais conhecidos engenhos da História colonial, o Engenho Sergipe, que mais tarde tornou-se propriedade do Conde de Linhares e por fim dos Padres Jesuítas do Colégio de Santo Antônio, até a expulsão da ordem no Brasil, em 1759.

O Engenho Sergipe do Conde foi instalado em 1563 nas terras que faziam parte da grande sesmaria que ia de *“Marapé até a ponta de Saubara”*, entre os atuais municípios de São Francisco do Conde, Santo Amaro da Purificação e Saubara. Em testamento Mem de Sá afirmou “tenho na Capitania da Bahia do Salvador três léguas e meia de costa e quatro para o sertão com duas ilhas, e Sergipe onde fiz um engenho de acúcar...”. Ficava localizado a cerca de nove quilômetros da foz do navegável rio Sergipe. Havia uma tendência em instalar os engenhos próximos às baías e ao longo dos rios para facilitar o transporte e utilização das águas como fonte de energia. Além do uso indispensável do transporte fluvial, as terras próximas

às águas eram mais úmidas e baixas, melhor para lavoura.

No século XVII o engenho Sergipe ficou conhecido como a Rainha do Recôncavo. Sua localização estratégica, imponência arquitetônica e força produtiva o colocavam na liderança da produção no Recôncavo. Além de ter a maior casa de moenda da região, dispunha de grande contingente de escravos, cerca de 300, quando a média de um engenho de grande porte era de 100 escravizados por propriedade.

Nas primeiras décadas do empreendimento açucareiro a mão de obra escrava era basicamente indígena, pouco a pouco foi sendo substituída por escravos africanos. Alguns fatores determinaram a gradativa substituição desta mão de obra, como a resistência indígena, a crescente demanda por braço escravo e, principalmente, a efetiva lucratividade do tráfico negreiro no bojo da expansão comercial.

A vida dos escravos em um engenho era muito difícil. A produção do açúcar era determinada pela safra e a velocidade das moendas exigiam um ritmo de trabalho intenso. No engenho Sergipe entre os meses de julho e agosto marcavam o início da

safra e o “inferno dos escravos”. Stuart Schwartz, no livro *Segredos Internos*, nos conta que o trabalho no engenho brasileiro não parava, a moenda funcionava por dezoito a vinte horas, a moagem iniciava às quatro horas da tarde e ia até as dez horas da manhã seguinte.

O processo de produção do açúcar no engenho começava com as queimadas nas florestas para o plantio da cana, seguido do corte manual e o transporte das canas em carros de boi até a casa da moenda, onde a cana era comprimida para a retirada do suco. O caldo extraído era levado para a casa das caldeiras para ser limpo das impurezas. Depois esse caldo da cana depurado era cozido em tachos nas fornalhas, dos quais o açúcar saía quase cristalizado. Para finalizar o processo, se reenformava e socava o açúcar em formas cobertas de argila na casa de purgar. Nesta etapa, depois de alguns dias, o melaço começava a escorrer, restando apenas os cristais de açúcar.

Se o ritmo de trabalho num engenho era intenso e ininterrupto, no engenho Sergipe do Conde seguia-se um calendário diferente quando os padres jesuítas tomaram posse. Nos dias das festas religiosas a produção

era interrompida. Comemorava-se ali, por exemplo, uma das festas mais antigas do catolicismo, a festa de Nossa Senhora da Purificação, no dia 02 de fevereiro, padroeira da capela e atualmente da cidade de Santo Amaro da Purificação. Ainda hoje 2 de fevereiro é uma das datas mais importantes do calendário de festas populares do Recôncavo.

O universo dos engenhos composto pela “fabrica do açúcar”, a casa-grande, a senzala e a capela era uma arquitetura que definia os contornos das relações sociais, o lugar do trabalho, dos senhores, dos escravizados e da fé. O centro de tudo naquela sociedade estava ligado à safra, como disse o historiador Stuart Schwartz o engenho operava consumindo a lenha e os escravizados para produzir açúcar e riqueza. Padre Antonio Vieira em dos seus sermões disse “*da gente toda da cor da mesma noite, trabalhando vivamente, e gemendo tudo ao mesmo tempo, sem momento de tréguas nem de descanso;*” Para Vieira, não era possível duvidar que o universo do engenho fosse o inferno na terra.

REFERÊNCIAS

CIVILIZAÇÃO DO AÇÚCAR: da colônia ao etanol. Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 8, n. 94, p. 17, jul 2013.

RISÉRIO, Antonio. *Uma história da Cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1985.

